

PODER EM MICHEL FOUCAULT E BYUNG-CHUL HAN: BIOPOLÍTICA, NEOLIBERALISMO E PSICOPOLÍTICA COMO DISPOSITIVOS PARA CONTROLAR CORPOS E PSIQUES NA SOCIEDADE INFORMACIONAL-DIGITAL

JULIO MARINHO FERREIRA¹

RESUMO

Este ensaio analisa o poder e seus significados a partir de trabalhos de dois pensadores contemporâneos: Michel Foucault e Byung-Chul Han. Nesse sentido, são apresentados excertos de obras dos filósofos, além da inclusão de outros pensadores como forma de dimensionar o debate. Dessa forma, a partir de uma chamada biopolítica (política voltada a gestão da vida) extraída da obra de Foucault e de uma psicopolítica (captura de mentes) de obras de Han, ambos convergindo em uma problematização acerca do neoliberalismo, busco analisar aspectos concernentes ao que seria um tipo de controle de psiques a partir do uso massivo de internet, da web e de mídias e redes sociais digitais, convergindo no momento atual, onde o digital parece se tornar o novo espaço para a articulação de um poder mais complexo e subjetivo.

Palavras-chave

Poder. Neoliberalismo. Política. Digital.

¹Doutorando em Sociologia pela UFPel, bolsista Capes.

ABSTRACT

This essay analyzes power and its meanings from the work of two contemporary thinkers: Michel Foucault and Byung-Chul Han. In this sense, excerpts from the works of philosophers are presented, in addition to the inclusion of other thinkers as a way to scale the debate. Thus, from a so-called biopolitics (politics aimed at managing life) extracted from Foucault's work and a psychopolitics (mind capture) from Han's works, both converging on a contestation about neoliberalism, I seek to analyze aspects concerning the which would be a type of psyche control based on the massive use of the internet, the web and digital media and social networks, converging in the current moment, where the digital seems to become the new space for the articulation of a more complex and subjective power .

Keywords

Power. Neoliberalism. Politics. Digital.

INTRODUÇÃO

A questão acerca da dimensão do que seria o poder e suas variadas formas de atuação na contemporaneidade, para a sociedade ou para os indivíduos de uma maneira subjetiva e objetiva, há séculos tem sido estudada tanto pela filosofia quanto pela sociologia. Pensadores como Georg Hegel, Friedrich Nietzsche, Max Weber, entre outros (a partir do século XIX), procuraram questionar a respeito do que seria esse poder. Isso dentro de suas possíveis acepções e desdobramentos políticos, sociais e econômicos.

O poder, ou sua ideia, nessas variadas percepções acabaram postas lado a lado com formas de violência e de dominação, assim, precisam ser entendidas em outra perspectiva, principalmente ao pensar o contexto atual onde a internet, o digital e suas interfaces apontam novas formas de ação. Nas possibilidades de ir além de um modelo clássico de poder e olhá-lo contemporaneamente, surge a nova visão do que ser poderia ser esse mesmo poder (em uma sociedade dominada pela interação digital).

Melhor dizendo, nas colocações de Michel Foucault: o biopoder e a biopolítica, onde o filósofo francês apresentou as tecnologias e dispositivos desenvol-

vidos por governos como forma de controlar, de vigiar e disciplinar os indivíduos na modernidade. De Byung-Chul Han na chamada psicopolítica, a noção de uma sociedade neoliberal altamente tecnológica, partindo do pensamento *foucaultiano*, onde são discutidas e criticadas questões mais atuais acerca dos usos digitais do poder.

Na internet e em mídias e redes sociais digitais, indivíduos podem ser agenciados por ferramentas de captura (como perfis falsos, *Catfishes* ou *bots*)². E no final século XX (onde esteve inserido Foucault e seus estudos) essas discussões afunilaram, abrindo caminho para percepções mais arrojadas, envolvendo o papel da tecnologia como forma de “dominar mentes” como na exposição de perfis pessoais em mídias e redes sociais como Facebook, Instagram, YouTube, Twitter etc. E com Han esse domínio de mentalidades acabou usada (capturada) por um modelo econômico global, o neoliberalismo e o capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2021).

Em suma, ao propor a apresentação de duas assertivas acerca do poder – nas obras de Foucault e de Han – este trabalho discute certas teorias atuais e como as mesmas podem (ou não) fazer sentido na sociedade altamente informatizada-digitalizada atual, onde (novas) formas de existências podem se tornar digitais reconfigurando, deslocando e transformando os indivíduos em (possíveis) entes virtualizados alheios (ou não) à realidade social.

O PODER PARA MICHEL FOUCAULT E BYUNG-CHUL HAN: ENTRE USOS DE TECNOLOGIAS, SENTIDOS E REALIDADES

Poder significa a capacidade de deliberar, de mandar, de agir, além de uma forma de exercício de uma autoridade, seja ela soberana ou não. A etimologia da palavra poder provem do termo latino, *potere*, fazendo referência à posse de algo, ao domínio de uma coisa (abstrata ou concreta). E talvez, o poder militar seja um primeiro exemplo mais pungente para pensar em suas potencialidades: tanto no sentido de posse como de controle e seus usos para atos de violência.

²*Catfish* é um perfil que visa enganar através do uso de atrativos, como imagem bonitas e sensuais, o termo remete ao bagre (peixe-gato), que usa seus “bigodes” como forma de atrair suas presas. Já a palavra *robots*, aponta ao caráter não-humano de certas atividades: perfis falsos mantidos por algoritmos (comandos digitais) e por inteligência artificial.

Sendo essas acepções correntes ao estudo desse poder envolvem ao longo do tempo, inúmeros debates filosóficos e sociológicos, tendendo, em grande parte mais para confundir do que para inferir um sentido claro do que seria o poder. Assim, colocando poder como agente dominador ou subjugador, ou seja, como uma potência hierarquizada e dominadora.

Ademais para a filosofia essa noção de poder, partindo da tradição dos jus-naturalistas do século XVIII como Thomas Hobbes, emerge em termos de sentido, na figura de um soberano que deveria possuir o poder acima de tudo e de todos. Ou seja, sendo exercido de cima para baixo. Na sociologia, a visão acerca do poder é um debate mais contemporâneo e no pensamento de Max Weber e Pierre Bourdieu envolve a imposição de uma vontade e de um sentido sobre os outros e seus atos, como o poder do Estado sobre os indivíduos.

Agindo como um monopólio de (para o) uso da força e suas potencialidades políticas:

Quem faz política ambiciona o poder, seja o poder como meio a serviço de outros objetivos (ideais ou egoístas), seja o poder “por si mesmo”, para gozar do sentimento de prestígio que somente ele proporciona (WEBER, 2014, pp. 391-392).

Partindo dessas múltiplas acepções acerca da terminologia tanto filosófica quanto sociológica, seriam *abertas cortinas* que obscurecem seu entendimento: “Ainda existe em relação ao conceito de poder um caos teórico. Opõe-se à evidência do seu fenômeno uma obscuridade completa de seu conceito. E: “Para alguns significa opressão e para outros, um elemento construtivo da comunicação” (HAN, 2019, p. 07).

As representações jurídica, política e sociológica do poder se contrapõem umas às outras de maneira irreconciliável. O poder é ora associado à liberdade, ora à coerção. Para uns, baseia-se na ação conjunta. Para outros, tem relação com a luta. Os primeiros marcam uma diferença forte entre poder e violência. Para outros, a violência não é outra coisa senão uma forma de poder (HAN, 2019, p. 07)

Tendo apresentado as visões de poder, Han (2019) busca na filosofia acerca que o coloca como forma de entendimento, algumas questões em relação ao significado e a dimensão, além da atuação do que seria esse poder. Primeiro, para Friedrich Nietzsche, que viu o poder como uma forma de *vontade* ou intenção, sendo um leme para muitos de seus escritos.

E no seu trabalho póstumo “A vontade de poder” tem-se um sentido para o poder como uma potência, que nada mais é que o sentido que se deve dar à vida, uma vontade de existir e que precisa para tanto, de uma manifestação constante de poder (Nietzsche, 2008) e de seu exercício constante.

Para Foucault (se valendo de Nietzsche) o poder envolve as dimensões de um *saber* e formas de *verdade* (1979; 2006; 2010). Ou seja, aspectos marcantes para o entendimento da sociedade moderna e como os indivíduos sentem as arbitrariedades de uma subjugação (poder como uma coerção). Essa acepção de poder que articula subjetividade e saberes, também é uma ferramenta de repressão podendo ser entendida como aliada às formas atuais do exercício do direito, dentro de uma relação tripla: poder-direito-verdade (Foucault, 2010). E como o filósofo francês apontou:

Quero dizer o seguinte: numa sociedade como a nossa – mas, afinal, de contas, em qualquer sociedade – múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro (FOUCAULT, 2010, p. 22).

Somado a isso:

Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos da verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção de verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção de verdade. Isso é verdadeiro em toda sociedade, mas acho que na nossa essa relação entre poder, direito e verdade se organiza de um modo muito particular (p. 22).

Os excertos acima extraídos do curso ministrado por Foucault “Em defesa da Sociedade”, expõem perfeitamente a natureza dos estudos desse poder, que para ele, através de uma problematização sobre as suas dimensões, significados, estéticas e bases jurídicas da sociedade moderna, que desde Hobbes vêm sendo discutidas em âmbito acadêmico e precisariam ser entendidas a partir de novas abordagens. E:

Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder. Portanto: regras de direito, mecanismos de poder, efeitos de verdade (p. 22).

Ademais, em outras obras como: “Vigiar e Punir”, “Microfísica do poder” e “O nascimento da biopolítica” essa última também um dos cursos ministrados no Collège de France no final da década de 1970, nos quais Foucault também expos alguns aspectos do que seria a gestão de corpos através de usos de tecnologias de poder, sendo divididas em três etapas: a) *soberano*, que agiria de fora, ou seja, externamente impondo uma vontade aos súditos, e novamente a teoria de Hobbes surge como um modelo conceituador para o entendimento da ação do poder. Sendo que essa forma de ação e de poder seria imediata; b) *legislação civil*, agindo de dentro através de leis que visam uma regulação por normas com bases em procedimentos jurídicos. Seria uma forma de poder mediada.

E por último, *o poder disciplinar* que demandaria uma obediência, uma normalização de corpos, uma produção de saberes e de verdades através de ferramentas de controle, de vigilância e de doutrinação, assim, agindo através de instituições sociais, por exemplo: fábricas, hospitais, escolas, quartéis, entre outras (FOUCAULT, 2006; 2010). Esses três “modelos” de poder e sua potência relacional, servem de base para dimensionar e direcionar uma aplicação econômica, podendo afetar às relações humanas desde a modernidade até os dias de hoje. Ou seja, indo do neoliberalismo até o digital das mídias e redes sociais enquanto mercados massivos.

Retornando ao que dito por Foucault em seus cursos:

De fato, as disciplinas têm seu discurso próprio. Elas mesmas são, pelas razões que eu lhes dizia agora há pouco, criadoras de aparelhos de saber, de saberes e de campos múltiplos de conhecimento. Elas são extraordinariamente inventivas na ordem desses aparelhos de formar saberes e conhecimentos, e são portadoras de um discurso, mas de um discurso que não pode ser o discurso do direito, o discurso jurídico (FOUCAULT, 2010, p. 33).

Para Foucault (2010, p. 33) esse tipo de discurso disciplinar seria alheio a lei e suas formas, escapando de certas normalizações impostas pelo jurídico, por ser constantemente produtivo e heterogêneo. E como percebido por Han (2019, p. 74):

O poder da disciplina como a terceira tecnologia do poder penetra profundamente no sujeito como feridas e representações. Ele penetra, por assim dizer, no interior do corpo, deixando nele “rastros” feitos pelo *automatismo do hábito*. Deve operar do mesmo modo discreto e sutil como o poder da constituição, mas imediatamente, ou seja, sem o desvio pelas representações.

Foucault (1988; 1999; 2006; 2010) preocupou-se com o poder de uma maneira ascendente, micro e infinitesimal para ir até uma forma geral e global de ação, assim, o pensador francês quer afastar-se das compreensões ideológicas do poder e substituir, no lugar das ideologias, os saberes produtivos que emanam de ações heterogêneas. Assim, o poder ao ser exercido, forma, organiza e coloca em circulação um dispositivo de saber (Pogrebinschi, 2004).

Dessa forma, esse poder é relacional, produtivo e constituinte: “Foucault também imputa ao poder da disciplina uma positividade, uma produtividade” (HAN, 2019, p. 75). Nas palavras de Foucault: “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim, porque provém de todos os lugares” (1988, p. 89).

Dito de outro modo:

O poder está, ao mesmo tempo, em todos os pontos do suporte móvel das correlações de força que o constitui; está em toda parte, na relação de um ponto com o outro, enfim multiplica-se e

provém, simultaneamente, de todos os lugares (PROGREBINS-CHI, 2004, p.188).

E novamente Foucault (2010) aponta como se deve entender o poder, ou melhor dizendo:

(...) não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo – dominação de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras – ; ter em mente que o poder, exceto ao considera-lo de muito alto e de muito longe, não é algo que se partilhe entre aqueles que o têm e que o detêm exclusivamente, e aqueles que não o têm e que são submetidos a ele (FOUCAULT, 2010, p. 26).

Essa não partilha do poder, demonstra e enfatiza o seu caráter relacional e produtivo: “O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está nas mãos de alguns, jamais é apossado de uma riqueza ou um bem” (p. 26):

O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles.

A gestão dos corpos por meio de técnicas e de dispositivos de vigilância e de controle possibilitaram o exercício de novas formas de poder nas quais a visibilidade dos indivíduos no interior de uma multiplicidade de instituições como quartéis, hospitais, sanatórios, escolas e fábricas operavam como fator desencadeante da busca pela produção da docilidade e utilidade social dos indivíduos. Nesse sentido, é preciso entender que o poder disciplinar diferiria de um poder soberano, pois nele:

A “disciplina” não pode ser identificada como uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta

todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma física ou uma anatomia do poder, uma tecnologia (FOUCAULT, 2006, p.177).

A disciplina, em Foucault (2006), seria como uma arte da punição, onde tecnologias precisaram a todo momento ser criadas como formas de representação (significação) de um poder circular e ao mesmo tempo constantemente produtivo. Nessa representação, estariam presentes inúmeros artifícios, como a vigilância e as formas de tornar os “corpos dóceis” por exercícios e por medos expressos nas ferramentas de vigilância constantes.

Entretanto, é importante entender as etapas pelas quais o poder passou ao longo do tempo, tendo como referência alguns pontos percebidos por Han (2019):

O poder é, para Hegel, já efetivo no nível mais elementar da vida. A digestão, desse modo, é já um processo do poder no qual o ser vivo leva consigo, aos poucos, seu outro à identidade. O ser vivo gera a identidade com o outro, ou seja, a continuidade de si mesmo, ao interiorizá-lo no que lhe é exterior. A interioridade digestiva torna o ser vivo capaz de transformar o externo em interno, ou seja, de voltar a si no outro (p. 102).

As dimensões e as questões desse outro hegeliano, ou não, quando percebidos a partir de um eu ou um “si mesmo”, trazem ao poder, e à relação externo-interno, novas potencialidades moldadas e moldáveis pela vigilância disciplinar de uma modernidade capitalista (em latência).

Possuir a si na existência social, no pensar e em um *existir*, como ao capturar o elemento externo (ao comê-lo ou engoli-lo) apresenta a questão acerca dos modos operativos da inteligência humana, sendo uma articulação entre um poder positivo e um espírito regente, que *poderia* ser muitas coisas: “o poder é a habilidade do ser vivo de não se perder no outro na efetivação múltipla, de se continuar para além das tenções negativas” (HAN, 2019, p. 112).

Para o sociólogo alemão Max Weber (1991; 2014) o poder agiria dentro de uma relação social, gerando a oportunidade de impor a própria vontade, *impondo* uma dominação sobre outros através de uma capacidade de produção de obediência – seja pela força (*gewalt*) ou outras formas de ação. Impor *vontades* e direcionar *realidades* a partir de uma latente violência (*gewaltsamkeit*) são pro-

blematizações que guiam as discussões do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, tendo a sociologia de Weber como um fundamento.

O poder descrito por Han (2019) parte de conceituar o que seria o *Macht* (poder, em alemão) indo até o pensamento de outro sociólogo alemão mais contemporâneo, no caso Niklas Luhmann, que coloca e conceitua o poder como um tipo de comunicação, agindo como um conector entre ações e decisões no âmbito do social (Luhmann, 1995).

Contudo, partindo de Luhmann e das formas sociais de comunicação via poder, se pode notar que: “O poder não deve adotar a forma de coerção” (HAN, 2019, p. 09). Além disso: “Perante uma coisa passiva, nenhum poder é possível de maneira autêntica. Assim, violência e liberdade são dois os dois extremos da escala de poder” (HAN, p. 18):

O poder é inscrito, portanto, em um horizonte de significado ou mesmo precisa formar um horizonte de significado, para poder orientar de modo efetivo o processo de compreensão e de ação. Ele obtém estabilidade apenas quando aparece sob a iluminação do sentido ou do razoável (p. 52).

O poder deve ter um sentido, uma orientação que escape da simples noção de direção, assim, o poder pode *produzir* ganho e perda como nos escritos de Georges Bataille, outro importante pensador do século XX que discutiu uma ampla gama de conhecimentos, desde arte até sociologia, tendo sido uma das bases do pensamento *foucaultiano*.

Onde Han (2019) evoca para o entendimento do poder, ou melhor do poder *batailleano*, que em escritos como “A noção de dispêndio” e “A parte maldita”, aponta para a natureza da perda como um fator essencial para a compreensão das sociedades. Assim:

(...) o dispêndio, embora seja uma função social, desemboca imediatamente em um ato agonístico de separação, de aparência antissocial. O homem rico consome a perda do homem pobre, criando para este uma categoria de desgraça e de abjeção que abre o caminho para a escravidão (BATAILLE, 2013, p. 29).

O que Bataille (2013) apontou com a colocação acima nada mais é que o claro exercício do poder e uma tendência do domínio sobre o outro pela posse de algo, o que Foucault (2006; 2010) e Han (2019) utilizam como base argumentativa:

Ao ser perguntado sobre se a filosofia teria algo a dizer sobre o porquê da tendência do ser humano de exercer o poder, Foucault respondeu que quanto mais livre forem os seres humanos em suas relações uns com os outros, maior será seu desejo de determinar o comportamento dos outros (HAN, 2019, p. 93).

Contudo, esse mesmo poder pode produzir liberdades – onde existe uma relação de poder pode haver uma relação de liberdade, de ação e de existências: “O poder exige, é claro, terrenos de jogo para atuar. Sem eles, haveria apenas violência e coerção” (p. 93). Dessa forma, o poder é uma habilidade para o jogo, para o lúdico.

Geralmente é ressaltado que a estrutura de poder exige uma estrutura de mediação diferente. Um poder pobre ou sem mediação desenvolve uma estrutura de coerção que leva à opressão do outro. Com isso, se aproxima da violência” (p. 97).

E como se pode escapar de uma dimensão violenta do poder? “Para a atividade política do poder, um aparato organizado do poder em instituições é necessário” (HAN, 2019, p. 136). Essa atividade de fuga nos diz que:

Ele precisa, para ser poder, de um *espaço* que o suporte, o afirme e o legitime. O poder é, *mesmo* quando concentrado em um ponto, um acontecimento do *espaço*, de um conjunto ou de uma totalidade. Separar e isolar são ações prejudiciais ao poder. Ao contrário, são totalmente compatíveis com a violência (p. 143).

Separar e isolar, levaria ao caminho de uma forma violenta de ação no poder, enfatizada nos escritos de Foucault (2010), diferentemente de Han, seria relacional. A dimensão do espaço do poder, concreto ou abstrato, que envolve os escritos de Hegel a Hannah Arendt passando por Carl Schmitt, que procuraram

em suas obras no século XIX e XX discutir as ações de violência e dominação política dos poderosos sobre os mais fracos, visões próximas ao que já havia sido teorizado pelo jus-naturalista Hobbes no século XVIII.

O político é fundado nesse agir em conjunto que gera o poder. Esse conceito de poder formal ou abstrato certamente tem seu encanto. A pergunta é, contudo, se o poder pode de fato conduzir de volta a uma ação em conjunto enquanto tal ou se deve *adicionar algo* para que o espaço de aparência se torne *espaço do poder* (p. 150).

Para Han (2019) o poder é um *ente* filosófico, ao mesmo tempo que é estético, e de uma forma sutil promove *operações* que precisam ser interpretadas (e sentidas) sob variados prismas, uma visão que se torna próxima ao que Foucault (2014) teorizou como um microfísica do poder, ou seja, envolvendo aspectos relacionais e infinitesimais.

O poder, como um ente relacional, se voltaria para o indivíduo livre e o afastaria de certas dimensões violentas e de dominação:

Ao contrário da violência, o poder não exclui a sensação de liberdade. Ele a produz até conscientemente para se estabilizar. As ideologias ou narrativas legitimadoras que estabelecem uma relação assimétrica nos canais da comunicação estariam fixados ainda no âmbito do poder. A violência nunca é uma narrativa. Com a menor das narrativas que seja uma tentativa de mediação, já começa o poder (p. 167).

Nesse sentido, o poder age como liberdade de escolha e de ação, e não uma ação violenta voltada ao domínio via força física. Han (2019), se volta para a análise da ética do poder:

A questão pela *eticização do poder* se põe quanto à estrutura de reunião de poder. O poder é centralizador. Ele centraliza tudo em si e em um. Se se põe a caminho de um absoluto, o que está ao redor ou a multiplicidade é percebida *apenas* como o *que será superado*. Os espaços que escapam do um ou que lhe resistem tor-

nam-se, nesse processo, *deslocalizados* ou desvalorizados (HAN, 2019, p. 175).

Ele nota que: “Também em Foucault a abordagem de uma ética do poder está presente. Nos anos 1980 ele defendeu um conceito de poder dominado pela ideia de liberdade” (HAN, 2019, p. 178):

Segundo esse conceito, a relação de poder não pressupõe simplesmente a liberdade porque o poder ocorreria apenas pela opressão da liberdade existente previamente do outro. Ao contrário, a liberdade representa um elemento importante, estrutural, da própria relação de poder. O poder é exercido, assim, apenas por “sujeitos livres” (p. 179).

As acepções do poder, que envolvem o conceito de liberdade, podem parecer contraditórias em muitos momentos, mas “O poder procura se consolidar, se estabilizar, na medida em que erradica os espaços de jogo abertos ou espaços imprevisíveis. Os espaços de poder são espaços estratégicos” (HAN, 2019, p. 183).

Dito isso, essa relação que parece surgir no poder e seus jogos, tanto para o social quanto para os indivíduos em sociedade, requer um entendimento relacional, que procure, primeiramente não evocar a violência e a dominação e sim ações (ou relações) ou significados que precisam através de técnicas e de estratégias para se consolidar como um poder.

BIOPODER, BIOPOLÍTICA E PSICOPOLÍTICA: PODER DE GERIR A VIDA E AS (NOVAS) FORMAS DE CAPTURAR MENTES NOS USOS DO DIGITAL

A partir da percepção do que seria o poder para Foucault, aliada à discussão proposta por Han, a dimensão de um “fazer viver e deixar morrer”, como notado por Foucault (2006), que seria a forma do poder ser absorvido pelos corpos através de uma docilização, quase um adestramento de sujeitos em ambientes como casas correcionais, hospitais, quartéis etc questões atuais são apontadas. Contudo, para àqueles que precisariam se “enquadrar”, o poder os tornariam os excluídos e anulados.

Dessa forma, uma biopolítica representa o discurso que constrói o biopoder, e uma vez solidificado, o biopoder é o que garante uma submissão carregada de legitimidade, ou mesmo tempo, submetendo sujeitos (Foucault, 2010) que precisam viver e existir. Na sociedade atual, das mídias e redes sociais digitais, a vida se tornou virtualizada pela interação massiva, onde o poder parece presente dentro de um modelo agenciado e reconfigurado por um tipo particular de capitalismo que Shoshana Zuboff chamou de Capitalismo de Vigilância (ZUBOFF, 2021).

Sendo que esse tipo capitalismo só pode ser entendido a partir dos usos do digital no século XXI, que Zuboff (2021) pontua nas potencialidades de emprego de vigilância informacional outro aspecto marcante do neoliberalismo, já que: “o capitalismo de vigilância é inconcebível fora do meio digital, mas a ideologia e política neoliberais também proporcionam o hábitat no qual o capitalismo de vigilância pôde florescer” (p. 70).

Além disso, esse mesmo habitat digital do neoliberalismo (por exemplo, a internet) e o capitalismo que tudo vigia (redes sociais e a uma política voltada para a venda de dados) apontaria aos indivíduos “a culpa” por não obter um trabalho ou uma simples atividade laboral remunerada. E assim, também apontaria uma solução para aqueles mesmos indivíduos: o uso do digital como uma normalidade e o estabelecimento de um capitalismo voltado para a vigilância digital (Zuboff, 2021) como uma solução de mercado se funde como uma padronização.

Ademais, se torna latente uma breve contextualização da internet e de suas origens, já que desse entendimento a proposta aqui discutida poderá se tornar mais clara e concisa. Dito isso, certos fatores sociais puderam ser mensurados pela introdução gradual dos computadores na vida das pessoas, seja através do trabalho, do lazer e de uma cultura que viria a circundar o digital. Contudo: “A internet se apresentou como um instrumento de liberdade que contem, em seu bojo, condicionantes e possibilidades de controle” (LOVELUCK, 2018, p. 39), e a ideia de uma máquina (computador) que simplesmente executa comandos (algoritmos), deve ser entendida como uma ferramenta de ruptura, a ser usada, dentro de um contexto social:

Assim, o computador foi além de seu estatuto inicial de calculadora para se tornar um “sistema de informação” capaz de comunicação; uma transição que não era, de modo algum, evidente. E a forma assumida por essa instalação em rede foi completamente

original, marcando uma ruptura com os princípios de telecomunicações vigentes na época (LOVELUCK, 2018, p. 41).

Ademais, tendo em vista os elementos relativos aos computadores e à internet, como em suas origens, e relações, com o modelo de sociedade atual, o aspecto presente na relação entre indivíduos e máquinas complexas, e seus usos aponta para dimensões subjetivas, nas quais o digital e o virtual despontam, mas não apenas. Nesse sentido, para relacionar o digital com as potencialidades da sociedade atual, onde essa “internet” parece ter uma dominância como formadora de subjetividades, se faz necessária uma breve síntese de sua origem e sua inserção no social.

Pontuando que essa “rede internacional” nasceu de estudos da cibernética e de informática nos anos 1940, que foram aplicadas ao complexo industrial-militar norte-americano (guerra, espionagem e vigilância) na chamada ARPANET (Advanced Research Projects Agency Networks), e posteriormente vindo a servir como uma potente ferramenta para o contexto social da Guerra Fria (1945-1991). Segundo Benjamin Loveluck (2018, pp. 41-42): “De forma bastante sucinta, ela pode ser definida como a tradução técnica de princípios de organização e de processamento da informação, baseadas na digitalização”.

No entanto, em razão de uma reviravolta que merece ser estudada com maior profundidade, essas tecnologias destinadas inicialmente a servir aos interesses de Estado, de seu aparelho tecnocrático e de suas ambições belicosas, acabaram materializando um programa de emancipação e uma alteridade ao poder centralizado (LOVELUCK, 2018, p. 12).

Em suma:

A concepção da Arpanet começou em 1966 e foi oficialmente implantada em 1969, sob a direção de Lawrence Roberts. De acordo com esse autor, o objetivo inicial consistia em partilhar o tempo de cálculo de computadores mais poderosos porque as demandas de recursos computacionais aumentavam muito rapidamente e as infraestruturas para responder a tais solicitações eram lentas e dispendiosas (LOVELUCK, 2018, p. 46).

Partindo da origem militar da internet (ARPANET) e mirando os usos mais modernos da mesma, a partir de sua privatização nos idos de 1980-90, e já dentro das chamadas web 1.0 e 2.0 (Rüdiger, 2016) se pode notar a importância dessas redes para a formação de um modelo social informacional, onde a comunicação via redes seriam fundamentais para a descentralização da internet e, assim, promover outras formas de interação:

A rede se apresenta como uma montagem social e tecnológica em que são reconfiguradas com vigor as interações humanas, a constituição das identidades, o sistema econômico, as possibilidades políticas – ou, de maneira mais sucinta, *o poder de ação das sociedades sobre si mesmas* (LOVELUCK, 2018, p. 12).

E desse poder, tendo em vista as mídias e redes sociais, onde a busca por formar uma reputação on-line e a constante necessidade de se estar conectado à internet, favoreceriam as patentes de vigilância e de direcionamento, já que entenderiam as ações desses indivíduos (incluindo seus problemas).

O capitalismo de vigilância reivindica esse direito de escolha. A queixa típica é que a privacidade é erodida, mas trata-se de uma afirmação enganosa. No padrão social mais amplo, a privacidade não é erodida, mas redistribuída, uma vez que o direito de escolha sobre privacidade é reivindicado pelo capital da vigilância. Em vez de as pessoas terem o direito de decidir como e o que vão revelar, esse direito é concentrado dentro do domínio do capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2021, p. 110).

A vigilância no digital atuaria como uma ferramenta potente e invisível para o controle dos indivíduos, não restando muitas escolhas a não ser “a captura” como uma normalização para a interação digital, podendo ser notada em redes como Facebook e Instagram, Google e suas redes entre outras formas, como em aplicativos de relacionamento e de mobilidade. E como muito bem enfatizado por Zuboff (2021), essa captura é direcionada para a privacidade, que tornada uma mercadoria para ser trocada, vendida ou explorada, aspecto que seria positivo para as citadas redes, pertencentes às maiores empresas do digital no globo.

Como percebido por Monteiro (2018, p. 110), “O poder disciplinar toma formato e estruturas no neoliberalismo”, e essa acepção, voltada a essa *dimensão* econômica, muito além de uma simples ideologia, partindo dessa biopolítica, o poder de gerir a vida a partir de políticas, se metamorfoseou em uma psicopolítica. Essa psicopolítica, seria o domínio neoliberal do intelecto humano, das emoções e dos sentimentos, e que seria a etapa seguinte ao que Foucault chamou de sociedade disciplinar e de modelo social panóptico (2006; 2010).

Deve-se frisar, principalmente a questão que tange à chamada biopolítica (Foucault, 2010), que por sua vez, envolvia a gestão dos corpos, sua docilização em um contexto capitalista (que seria mais energético e menos psíquico), no entanto, ao retomar Foucault, Han esclarece:

Na sociedade disciplinar, cujo funcionamento está acima de tudo, as emoções representam em primeiro lugar um estorvo, portanto, devem ser erradicadas. A “ortopedia concertada” da sociedade disciplinar tem que formar uma máquina sem sentimentos (*gefühllos*) a partir de uma massa informe. As máquinas funcionam melhor quando emoções e sentimentos estão completamente desligados (2018, p. 66).

O poder, que envolve técnicas de gestão de corpos, e depois, de mentes, seria usado em variados setores da sociedade neoliberal:

O neoliberalismo como forma de evolução ou mesmo como mutação do capitalismo não se preocupa primariamente como o “biológico, o somático, o corporal”. Antes, descobre a psique como força produtiva. A virada para a psique e, em consequência, para a psicopolítica, também está relacionada à forma de produção do capitalismo atual, pois ele é determinado por modos imateriais e incorpóreos. São produzidos objetos intangíveis, como informações e programas (HAN, 2018, pp. 39-40).

Essas formas, muitas vezes abusivas de produção no capitalismo atual, onde impera o poder da tecnologia, evoca constante otimização da exploração:

A psicopolítica neoliberal inventa formas de exploração cada vez mais refinadas. Inúmeros workshops de gestão pessoal, fins de semana motivacionais, seminários de desenvolvimento pessoal e treinamento de inteligência emocional prometem a otimização pessoal e o aumento da eficiência sem limites (...). O *ser humano* é descoberto e tornado objeto de exploração (HAN, 2018, p. 45).

A ação de “se cuidar” (ou ser alguém que exerça um poder) pela aparência ou pelo sucesso ao *se expor* em interfaces digitais, pode implicar uma falsa ideia de ser livre: “Esse cuidado de si em que vigora a liberdade implica o cuidado do uso correto do poder. O mal uso do poder resulta, segundo essa ética, em que nos tornamos “escravos de nossos desejos” (HAN, 2019, p. 186).

A web que atualmente pode poderia ser chamada de 4.0 devido à complexidade interativa presente no uso massificado de inteligência artificial, uma etapa além das potencialidades das mídias e redes sociais digitais, podem remeter à chamada psicopolítica de Han (2018), onde os dados (*data*) se transformaram em uma nova forma de poder. Para o entendimento dessa complexidade, pontuo as etapas anteriores da web: a) 1.0 (do início da *World Wide Web* – ou *www* nos anos 1990): b) 2.0 (2004 com o uso das redes sociais, a interação se torna mais complexa e descentralizada); c) e 3.0 (na qual os smartphones e os aplicativos facilitaram a interação entre usuários)³. Nessa evolução a comunicação se fixou como um entre de poder.

Contudo, os teóricos Dardot e Laval (2016) apresentam o modelo neoliberal do século XXI como uma política lacerante, apontado para a sociedade e os indivíduos, e não mais agindo como uma simples doutrina ou ideologia de caráter econômico. Assim, parecendo perfeitamente adaptada aos usos massivos do digital, principalmente pela gestão de corpos e dominação de mentes pela interação. E nessa latente “afinidade eletiva” entre o modelo neoliberal e o digital, parecem reconfigurar certos aspectos do social e do cultural.

Como apontado por Dardot e Laval (2016), Silveira (2017; 2018) e Zuboff (2021), o neoliberalismo é a atual doutrina do Capital, evocando, com isso, uma nova racionalidade para o capitalismo, que sempre precisaria se adaptar aos meios, principalmente os digitais:

³FERREIRA, Marco. Conexões expandidas. “A evolução da Web: O que esperar da Web 4.0?”. Setembro de 2019. Disponível em: <https://www.ufjf.br/conexoesexpandidas/2019/09/09/a-avolucao-da-web-o-que-esperar-da-web-4-0/> Acessado em agosto de 2020.

A doutrina neoliberal interfere e tem implicações no desenvolvimento da internet e de suas inovações. Além disso, o pensamento neoliberal opera nas redes digitais e plataformas com a finalidade de anular e dissipar todas as ações coletivas que criem outras lógicas que não sejam voltadas à concorrência e a reprodução do Capital. Os processos de espetacularização que já existiam no mundo industrial se intensificaram no cenário informacional e forma reforçados nas redes sociais embaladas pelo contexto neoliberal (SILVEIRA, 2018, p. 43).

Como um ilustrativo acerca dessa nova capacidade neoliberal, os usos do digital e suas potencialidades, se nota ano passado (2020) as chamadas Big Tech, as 5 grandes empresas de tecnologia norte-americanas que detém o controle mundial de mercado digital, obtiveram recordes de lucros líquidos na comercialização de data – dados – e outros derivativos relativos ao uso do digital. Microsoft, Alphabet (proprietária do Google), Apple, Facebook e Amazon – as Big Tech – com isso, tiveram rendimentos na casa US\$ 206 bilhões (mais 1.1 trilhões de reais)⁴. Esse crescimento pode estar ligado aos rumos da economia global, ainda no mesmo ano, que devido à uma pandemia teve que ser massivamente deslocada para os âmbitos da internet e da web, ou seja, uma digitalização das instituições sociais.

Já Han (2018), percebeu nessa fusão digital e virtual que pode ser aceita pelos usuários como uma forma de existência, e uma potencialidade quase ilimitada:

Hoje, o número de endereços na web é praticamente ilimitado. Assim, é possível fornecer a cada objeto de uso um endereço internet. As próprias coisas se tornam emissoras ativas de informações: sobre nossa vida, nosso fazer, nossos costumes. A expansão da internet das pessoas (web 2.0) para a internet das coisas (web 3.0) completa a sociedade de controle digital. A web 3.0 torna possível um registro total da vida (p.86).

⁴NOBREGA, Ighor, Poder 360, “Big Techs lucraram mais de R\$ 1,1 trilhão em 2021”. Fevereiro de 2021. Em: <https://www.poder360.com.br/tecnologia/big-techs-lucraram-mais-de-r-11-trilhao-em-2020/> Acesso em janeiro de 2021.

Han (2018; 2019), que percebeu no neoliberalismo, um deslocamento do biológico para o psíquico, que pode afetar o trabalho em suas dimensões emotivas, principalmente, já que a exposição on-line é constante e essas transformações da web, servem como ferramenta de *conquista* de indivíduos e mentes.

Dessas assertivas de Han (2018; 2019) acerca da web, do neoliberalismo e da psicopolítica, emergem questões acerca do corpo e do eu: “A ligação de finalidade entre o cuidado de si e o cuidado dos outros ocorre apenas a partir do cálculo de que o bem-estar dos outros, no fim das contas, serve ao meu próprio bem-estar” (HAN, 2019, p. 187). Ainda como percebido por Han (2019) a partir de Foucault: “o cuidado de si é elevado a um princípio ético” (p. 188).

Essas dimensões do poder tanto filosóficas quanto sociológicas que há séculos colocam interrogações, apontam que: “O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 2010, p. 26). Esse indivíduo, constituído, é um ente, aberto e:

Hoje, caminhamos para a era da psicopolítica digital, que avança da vigilância passiva ao controle ativo, empurrando-nos, assim, para uma nova crise da liberdade: até a vontade própria é atingida. Os *big data* são um instrumento psicopolítico muito eficiente, que permite alcançar um conhecimento abrangente sobre as dinâmicas da comunicação social (HAN, 2018, p. 23).

Essas duas visões acerca do poder, envolvem gestões de corpos e mentes somados aos usos do on-line que parecem um terreno em aberto, onde o poder em suas variadas acepções, pôde ser exercido pelos usuários de contas em redes sociais (se mostra problemático) onde um Big Data (dados massificados) e as variadas formas de interação digital visam capturar indivíduos, usuários digitais, através de aparatos tecnológico usados pelas grandes corporações de tecnologia, os transformando em poderio de controle de corpos (ou mentes).

Nos escritos de Zuboff, uma pioneira dos estudos acerca das problemáticas concernentes aos usos de computação na vida dos trabalhadores, aponta para as dimensões psicológicas dos mesmos, que tiveram que lidar com as máquinas como uma parceria necessária para a manutenção dos seus empregos. Assim, Zuboff (2021) vêm desde os anos 1980 buscando entender os meios subjetivos e objetivos pelos quais a sociedade altamente informatizada dos computadores

tenderia a moldar, modular, uma nova forma de buscar trabalho (digital) por comportamentos e medos.

Atualmente, ao discorrer sobre as ferramentas empregadas pelas Big Tech para a captura e a venda de dados de seus usuários, Zuboff (2021) pode apresentar um (novo) tipo de ação voltada a vigiar certas ações dos indivíduos no on-line, ou seja, espreitar seus rastros no universo da internet, entendendo e buscando impelir gostos e produtos a ser consumidos e assimilados:

O capitalismo de vigilância não é tecnologia; é uma lógica que permeia a tecnologia e a direciona numa ação. O capitalismo de vigilância é uma forma de mercado que é inimaginável fora do meio digital, mas não é a mesma coisa que “digital” (...) o digital pode assumir muitas formas, dependendo das lógicas sociais e econômicas que o trazem à vida (ZUBOFF, 2021, p. 26).

Assim, esse mesmo tipo de capitalismo aliado de uma lógica neoliberal reconfigurada, tendo como ferramenta e modo de ação as potencialidades de uso do digital e de suas interfaces, como mídias, redes sociais e aplicativos, impelem os indivíduos a “aceitar” ser vigiados e controlados como um benefício, ou melhor, uma condição de existência presente nos usos do digital, seja para entretenimento, afetos e trabalho. Gerando um tipo de poder horizontalizado onde a emergência da interação esconderia ferramentas de captura de dados, produzidos e vendidos por grandes empresas que detém a internet como mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta que parece surgir da discussão, em Foucault e Han, poderia ser: *qual seria o objetivo do poder, se não visaria a opressão e a dominação?* Foucault falava na característica do poder em produzir constantemente, ou seja, em uma produção de variados saberes (Foucault, 1988; 2006; 2010). Já Han apresenta o neoliberalismo, em seu modelo atual, como um agente desse poder constantemente criador, um tipo de ferramenta que visa modular e capturar subjetividades dentro da criação de aparatos políticos e tecnológicos.

Entretanto Han esteve mais preocupado como se formam as bases econômicas dessa captura de almas no presente (no digital) que parecem alterar as relações entre os indivíduos consumidores dentro de um novo espaço de ação (mídias digitais na internet). Ao buscar uma teorização do poder a partir de variados filósofos, a dimensão subjetiva do poder se torna mais complexa e de difícil entendimento.

As táticas de poder que podem ser observadas na internet das mídias digitais e de uma web que se voltaram para as mentes (almas-psiques) seja por uma lógica de consumo ou de exposição, ou seja, produzindo saberes e moldando relações. Assim essas mídias digitais seriam as novas ferramentas para o exercício de um (novo) poder mais complexo e muito mais subjetivo, já que passaria despercebido.

Assim, dentro dos múltiplos sentidos do poder e da dimensão do controle através de tecnologias disciplinares ou formas de modulação psíquica na internet, que Han (2018; 2019) problematizou, são modelos diferentes da visão de Foucault, que discutiu o poder a partir da ótica da disciplina e sua atuação sobre os corpos (na vigilância panóptica).

Em suma, como procurei discutir com base nos citados autores, ter o poder e controlar (os corpos ou as mentes) são para os autores, aspectos diferentes da relação de *um eu* sobre *um outro*. E a internet que atualmente é usada como ferramenta de poder político, econômico e social por indivíduos detentores do poder (políticos, empresários e influenciadores digitais) possibilita outras formas de entendimento sobre as relações sociais.

RECEBIDO EM 25/10/2021
APROVADO EM 14/02/2022

REFERÊNCIAS

BATAILLE, Georges. **A parte maldita. Precedida de “A noção de dispêndio”**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Post-Scriptum sobre a sociedade de controle**. IN: Conversações 1970-1992. São Paulo: Ed. 34, 2020, pp. 219-226.

FERREIRINHA, Isabela M. N. RAITZ, Tânia R. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas**. RAP – Rio de Janeiro 44(2): 367-83, Mar/Abr. 2010.

FERREIRA, Marco. **Conexões expandidas. A evolução da Web: O que esperar da Web 4.0?**. 09 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.ufjf.br/conexoesexpandidas/2019/09/09/a-evolucao-da-web-o-que-esperar-da-web-4-0/> Acessado em agosto de 2020.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade V.1. A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica. O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte/Veneza: Editora Âyinê, 2018.

HAN, Byung-Chul. **O que é poder?** Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade da transparência**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do Capitalismo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

LOVELUCK, Benjamin. **Redes, Liberdades e Controle. Uma genealogia política da internet**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.

LUHMANN, Niklas. **Poder**. México: Universidad Iberoamericana; Barcelona: Anthropos, 1995.

MONTEIRO, Cíntia. Da biopolítica à modulação: psicologia social e algoritmos como agentes da assimilação neoliberal. IN: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (orgs.). **Sociedade de controle. Manipulação e modulação nas redes sociais**. São Paulo: Hedra, 2018.

MOROZOV, Yevgeny. **Big Tech. A ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Editora Ubu, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **A vontade de potência**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

NOBREGA, Ighor, Poder 360, “**Big Techs lucraram mais de R\$ 1,1 trilhão em 2021**”. Fevereiro de 2021. Em: <https://www.poder360.com.br/tecnologia/big-techs-lucraram-mais-de-r-11-trilhao-em-2020/> Acesso em janeiro de 2021.

POGREBINSCHI, Thamy. **Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder**. Lua Nova N.63, 2004.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da Cibercultura. Perspectivas, questões e autores**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do Capitalismo de Vigilância. A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

WEBER, Max. **Escritos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

WEBER, Max. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1991.